

## **BB: trabalhadores reforçam cobrança por nova tabela PIP**

Trabalhadores e trabalhadoras do Banco do Brasil, associados da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), voltam a cobrar mudanças no critério de cálculos da Pontuação Individual do Participante (PIP). O pedido de mudança é uma reivindicação antiga dos funcionários, porque, desde 1998, quando o plano Previ Futuro foi criado, não houve alteração da metodologia de cálculo, mesmo após várias alterações nos planos de cargos e salários.



Com a alteração, mais trabalhadores teriam a oportunidade de somar mais recursos à aposentadoria, uma vez que a PIP impacta na contribuição adicional, conhecida como 2B, que pode variar de 1% a 10% do salário de participação dos associados do Previ Futuro (à medida que ocorre a evolução na carreira), com o BB contribuindo com o mesmo percentual que o participante.

“Após várias negociações do movimento sindical, finalmente em setembro de 2022, o banco aceitou revisar a metodologia de cálculo. Em outubro deste ano, nos foi apresentado em mesa de negociação a proposta,” explica a coordenadora da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), Fernanda Lopes, ao lembrar de referida reunião de outubro. “Da forma como a PIP se encontra hoje, apenas executivos com altos salários têm conseguido obter 10% na parte 2B. A título de exemplo, eu que tenho 15 anos de carreira no banco só obtive aumento de 2 pontos durante todo esse período”, destaca Fernanda Lopes.

A coordenadora da comissão de empresa reforça que “milhares de associados e associadas vão conseguir aumentar o percentual de contribuição”, com a mudança prevista. “A nossa expectativa é que a nova PIP seja, finalmente, apresentada e implementada ainda neste ano. Isso será uma vitória importante dos trabalhadores, porque será mais uma garantia de aposentadoria segura aos associados e associadas da Previ”, completou.

---

## **Reforma Tributária é aprovada na Câmara dos Deputados**

A Câmara dos Deputados, na sexta-feira (15/12), aprovou a reforma tributária, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que busca atualizar e simplificar o sistema tributário brasileiro. A discussão deste tema estendeu-se por 30 anos no Congresso Nacional, culminando agora durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A proposta, sendo uma PEC, necessitou de votação em dois turnos: o primeiro com 371 votos favoráveis contra 121 e o segundo com 365 a 118, ultrapassando o mínimo requerido de 308 votos para aprovação.

O cerne da reforma é a consolidação de cinco impostos existentes (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) em três novos tributos: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo (IS). Estes tributos, seguindo a lógica do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), adotado em mais de 100 países, terão uma alíquota única, exceto para certos setores que poderão ter reduções de até 60%. A definição exata das alíquotas será realizada através de lei complementar, a ser proposta pelo governo federal após análises do Ministério da Fazenda.

**- Leia as matérias completas em nosso site -**